

## **A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR**

Josiene dos Santos Amaral Jesus<sup>1</sup>  
Vera Lúcia de Paiva Azevedo<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este estudo, em andamento, tem como objetivo refletir sobre o processo de formação dos professores na perspectiva da inclusão escolar. Pretende compreender esse processo e identificar como a Universidade Estadual de Goiás, especificamente, o curso de Pedagogia da unidade de Itaberaí-Go, prepara os discentes para trabalhar, considerando a proposta da inclusão. Com esses objetivos, adotando uma abordagem qualitativa, realiza um estudo de caso, a partir da análise de alguns documentos da instituição e da realização de entrevistas com alunos concluintes do curso de Pedagogia e outros egressos que atuam junto a crianças com necessidades especiais. Organizado em três capítulos, primeiramente, reflete sobre o conceito da inclusão escolar, suas perspectivas e dificuldades. No segundo capítulo discute sobre a formação do professor, tendo em vista o desafio da inclusão escolar e focaliza, em especial, o curso de Pedagogia. Já o terceiro capítulo, em fase inicial de elaboração, apresentará os dados construídos e a respectiva análise que objetivará responder às questões norteadoras do trabalho. Nas considerações finais, que serão elaboradas ao final do estudo, serão apresentadas algumas conclusões com o objetivo de contribuir para o aprimoramento do processo de formação docente, tendo em vista os desafios da escola inclusiva.

**Palavras-chave:** inclusão escolar, formação inicial de professores.

### **Introdução**

A inclusão é um tema muito discutido em nossos dias, principalmente, nas escolas. No entanto, muitas vezes, o que se tem observado são a indiferença e o descaso dos sistemas educacionais em relação aos alunos com necessidades especiais e, também, em relação à formação dos profissionais que atuam na área da educação.

Ao longo da história, as crianças com necessidades especiais tiveram uma vida marcada por desigualdades, preconceitos, discriminação e segregação, muitas vezes, dos próprios pais e das escolas. Porém, graças a mudanças sociais, pedagógicas e legais essa história tem mudado e as escolas de ensino regular passaram a ter a função de receber e aceitar as crianças com necessidades especiais em seu contexto.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da UEG – UNU – Itaberaí-Go [eneisoj10@hotmail.com](mailto:eneisoj10@hotmail.com),

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da UEG – Itaberaí-Go [veralucia-paiva@hotmail.com](mailto:veralucia-paiva@hotmail.com)

O movimento por uma escola inclusiva foi impulsionado, no Brasil, pela promulgação da Constituição de 1988, pela Declaração de Salamanca (1994) e pela LDB 9.394/96 que garantiram, a todas as crianças, o direito de uma educação em um sistema de ensino regular. Mediante tais mudanças ficam as questões: Será que as propostas dos sistemas de ensino regular estão aptas e adequadas para receberem alunos especiais? Qual é o posicionamento dos educadores, de hoje, diante da inclusão?

São questões que evidenciam a importância do processo de formação dos professores. No entanto, não é segredo que muitos docentes não sabem nem por onde começar. Sentem-se perdidos quando entram em uma sala de aula e encontram alunos com necessidades especiais.

Para que a inclusão não fique somente no papel, mas desenvolva-se de forma eficaz é fundamental a participação de todos os membros da instituição de ensino, principalmente, do professor, que é quem trabalha, diretamente, com a criança. Assim, parece pertinente pensar: Como se dá o processo de inclusão e a formação dos professores em relação a esta proposta? Apenas o curso de Pedagogia é suficiente? Os professores egressos do curso de Pedagogia, que estão atuando em classes que têm alunos com necessidades especiais, sentem-se preparados? Quais os principais problemas e dificuldades encontrados por eles?

Assim, com essas inquietações, o presente trabalho pretende refletir sobre o processo da inclusão e identificar como a Universidade Estadual de Goiás, especificamente, o curso de Pedagogia da unidade de Itaberaí-Go, prepara os discentes para trabalhar considerando essa proposta. Os professores formados na unidade, ao final do curso, sentem-se capazes para assumir esse compromisso? Quais as dificuldades encontradas pelos professores egressos do curso de Pedagogia que já estão trabalhando há algum tempo?

### **Opções metodológicas da pesquisa**

A pesquisa está sendo realizada a partir de um estudo bibliográfico sobre o tema, análises de alguns documentos de estruturação e organização do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Goiás (UEG), na unidade de Itaberaí, entrevistas com alunos

do último ano do curso e com egressos deste curso, que atuam como professores em salas com alunos que têm necessidades educacionais especiais.

Caracterizando-se como um estudo de caso, realizado em uma abordagem qualitativa, este trabalho, ao pesquisar o caso da UEG, considera que, ao estudar, especificamente, a unidade de Itaberaí, parte de “uma representação singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 21). Pois,

o caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular. Segundo Goode e Hatt (1968), o caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo. O interesse, portanto, incide naquilo que tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos e situações. (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.17).

A unidade de Itaberaí constitui-se como parte de um sistema mais amplo e, nesse sentido, esse estudo pode contribuir para uma melhor compreensão do processo de formação de professores em relação à inclusão.

### **Inclusão escolar: discussões, avanços e desafios**

Segundo Silva (2006), a proposta de educação inclusiva começou a se delinear nos Estados Unidos, em 1975, com a lei nº 94.142, que dava oportunidades aos alunos com deficiência ingressarem na escola comum. Mediante uma história de discriminação, inicia-se uma nova era, na qual essas pessoas conquistam o direito de estudar em escolas regulares.

Seguindo essa tendência, a Constituição Federal de 1988, promulgada e assinada pelo Presidente José Sarney, estabelece que a educação seja direito de todos e dever do estado e em seu artigo 208 especifica, claramente, a garantia do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Também como resultado desse movimento mundial, a Declaração de Salamanca implica no mesmo compromisso e caracteriza-se como um marco para a história da educação inclusiva. Já, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9.394/96 (LDB), atendendo a Constituição de 1988, determina que a educação escolar para as

crianças com necessidades especiais deve ser oferecida, preferencialmente, pela rede regular de ensino.

Mas, mesmo diante de tantas leis e propostas em prol da educação inclusiva, para que o processo avance, será necessário que as políticas públicas para a educação adotem as devidas posturas e orientações a favor de uma educação que contemple a todos, sem distinção.

Mantoan (2006), quando discute o conceito de inclusão, questiona, também, o processo de “integração” e ressalta, que ainda existem muitos sistemas educacionais que apenas integram, agregam as crianças com necessidades especiais, deixam que elas participem, mas, não conseguem propor e realizar ações significativas para o seu desenvolvimento.

Nesse mesma linha de pensamento Stainback; Stainback (1999) analisam:

As mudanças que precisam ocorrer para a realização do ensino inclusivo não devem ser vistas apenas como pré-requisitos, mas também como co-requisitos. Não podemos esperar, antecipadamente, ter todos os componentes nos seus lugares. Algumas coisas terão de vir com o tempo (1999, p.129).

Assim, os sistemas de ensino e as escolas de ensino regular que se dizem inclusivos devem, juntamente com toda sua equipe, buscar mudanças nos programas educacionais e lutar por um ensino-aprendizagem que, realmente, faça a diferença e inclua a todos os alunos.

Atualmente, podemos constatar algumas inovações que visam favorecer o desenvolvimento das crianças com necessidades especiais. Segundo Figueiredo (2008), algumas escolas já contam com um Atendimento Educacional Especializado (AEE) e esse atendimento visa assegurar que os alunos aprendam, a partir de uma organização e um currículo diferenciado. No entanto, fica cada vez mais evidente que o professor deve ter em vista uma formação que qualifique o seu trabalho e garanta um novo olhar para se trabalhar na perspectiva da inclusão escolar.

## **A formação do professor e a inclusão escolar: o curso de Pedagogia**

A formação inicial do professor, em especial, o curso de Pedagogia tem um compromisso importante no sentido de formar profissionais preparados para a diversidade presente no contexto da escola. E em relação à formação docente, Santos (2002) considera:

No que tange a uma política de formação docente, estamos longe de alcançar níveis de qualidade mínimos para a consecução de uma Educação Inclusiva, não por genérica falta de condições, mas por falta de vontade política, tanto por parte dos órgãos governamentais como pelas Instituições de Formação, em especial as Universidades (p.56).

Dessa forma, o curso de Pedagogia precisa rever sua forma de ensinar, sua forma segregadora que desconhece a inclusão. Pois, “a nossa formação acadêmica e profissional nos permite afirmar, hoje, que não há espaço para uma educação fechada que exclui as diferenças e nega as necessidades individuais como tem sido até então” (LISITA; PEIXOTO, 2001, p. 61).

Esses são posicionamentos que justificam a necessidade de pesquisas e estudos que busquem contribuir para a elaboração de propostas de formação docente, que avancem na perspectiva de uma educação inclusiva e considerem todos os desafios impostos aos profissionais da educação. Mediante esse reconhecimento esse estudo de caso pretende participar dessa discussão.

### **Considerações Provisórias**

Como se trata de um estudo em andamento, no qual, apenas, se concluiu o levantamento bibliográfico e cuja pesquisa de campo está, ainda, em fase de preparação, as considerações são iniciais e provisórias. No entanto, mediante o estudo bibliográfico sobre o tema já se pode afirmar que, na atualidade, o desafio é avançar de uma escola que apenas integra as crianças em suas diferenças, para uma escola que, realmente, inclua e, nesse sentido, a formação inicial e continuada do professor é fundamental.

Assim, ouvir os sujeitos envolvidos nesse processo e analisar as matrizes e os documentos que organizam o curso de Pedagogia da UEG, uma universidade pública,

que tem como característica a formação de professores, pode ser uma forma de contribuir para que avancemos nesse processo.

### Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de outubro de 1988*. Brasília: Senado Federal, Edição atualizada em setembro de 2001.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas especiais*. Brasília, 1994.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

LISITA, Verbana Moreira S. S.; PEIXOTO, Adão José. *Formação de Professores: Políticas, concepções e perspectiva*. – Goiânia. Editora Alternativa, 2001.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. *Educação escolar pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.

SANTOS, Jaciete Barbosa. A “dialética da exclusão/inclusão” na história da educação de ‘alunos com deficiência’. *Revista da FAEEBA- Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 11, nº 17, p. 27-44, jan/jun, 2002. Disponível em: <<http://artigos.netsaber.com.br/resumo>>. Acesso dia 11/07/12.

SILVA, Adilson Florentino. *Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. *Inclusão, um guia para Educadores*. São Paulo: Editora ARTMED, 1999.